

**LEI Nº 2.294/2012, DE 21 DE AGOSTO DE 2012.**

**ORGANIZA O SISTEMA MUNICIPAL  
DE ENSINO DE CÂNDIDO GODÓI,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDI LUIS GOLDSCHMIDT, Prefeito Municipal do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais,

FAÇO SABER, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TITULO I  
DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 1.º** Esta Lei organiza o Sistema Municipal de Ensino do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com a Constituição Federal, art. 211; Lei Federal n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei Orgânica, art. 168, deste Município.

**TITULO II  
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO**

**Art. 2.º** A educação, dever de família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 3.º** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I** – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II** – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura o pensamento, a arte e o saber;
- III** – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV** – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V** – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática de Ensino Público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extra-escolar;
- XI – vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

### **TÍTULO III**

#### **DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO**

#### **Capítulo I**

##### **Da Estruturação, Organização e Composição**

**Art. 4.º** - O Sistema Municipal de Ensino do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, compreende:

- I – as instituições do ensino fundamental e de educação infantil mantidas pelo Poder Público Municipal;
- II – as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III – a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- IV – o Conselho Municipal de Educação;
- V – o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB ou outro fundo que venha a substituí-lo;
- VI – o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

#### **Capítulo II**

##### **Da Secretaria Municipal de Educação e Cultura**

**Art. 5.º** - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura é o órgão da Administração Municipal que, além das atribuições conferidas em legislação própria, possui as seguintes atribuições:

**I** – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do Ensino Municipal;

**II** – exercer a ação redistributiva em relação a suas escolas, considerando seus projetos pedagógicos, seus planos de atividades e seus regimentos;

**III** – supervisionar os estabelecimentos do seu Sistema de Ensino;

**IV** – oferecer à educação infantil e, com prioridade o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do Ensino;

**V** – zelar pela observância da legislação vigente e pelo cumprimento das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação nas Instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino;

**VI** – orientar e supervisionar as instituições privadas integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

**VII** – elaborar, executar e avaliar o Plano Municipal de Educação, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Municipal da Educação;

**VIII** – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas.

### **Capítulo III**

#### **Do Conselho Municipal de Educação**

**Art. 6.º** - O Conselho Municipal de Educação é o órgão normativo, consultivo e fiscalizador na área da educação do Sistema Municipal de Ensino.

**Art. 7.º** - São competências do Conselho Municipal de Educação:

**I** – baixar normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino;

**II** – autorizar séries, ciclos, cursos, exames supletivos e outros;

**III** – aprovar os regimes escolares, das Escolas do Ensino Fundamental;

**IV** – credenciar e autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino;

**V** – analisar, cadastrar e arquivar os regimentos escolares de Educação Infantil;

**VI** – autorizar a desativação, ativação ou extinção de estabelecimentos de ensino;

**VII** – fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino;

**VIII** – manifestar-se sobre assuntos de natureza educacional que lhe forem submetidas pelo Prefeito Municipal, Secretaria de Educação e pelos organismos e /ou entidades que integram o Sistema Municipal de Ensino;

**IX** – propor medidas que visem à expansão, consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Ensino;

**X** – manter intercâmbio com os outros Conselhos de Educação;

**XI** – participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação;

**XII** – elaborar e reformular seu Regimento Interno que será homologado pelo Prefeito Municipal;

**XIII** – participar do Conselho do FUNDEB ou outro fundo similar;

**XIV** – exercer outras atribuições previstas em lei ou que lhe forem conferidas.

#### **Capítulo IV**

##### **Dos Estabelecimentos de Ensino**

**Art. 8.º** O Sistema Municipal de Ensino assegurará às unidades escolares públicas de educação básica, que o integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

**Art. 9.º** Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diploma ou certificado de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

#### **Capítulo V**

##### **Dos Demais Conselhos**

**Art. 10.** O Conselho Municipal de Alimentação Escolar e o seu Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB ou outro similar têm o seu funcionamento regulamentado em legislação específica.



#### **TÍTULO IV**

##### **DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL**

**Art. 11.** A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal dar-se-á conforme os seguintes princípios:

**I** – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

**II** – participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

#### **TÍTULO V**

##### **DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 12.** Integram o quadro de profissionais da educação do Sistema Municipal de Ensino de Cândido Godói, os profissionais do magistério que exercem atividades docentes ou dão suporte pedagógico ao Sistema e os que atuam na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, bem como os servidores da Rede Municipal de Ensino.

**Art. 13.** A formação exigida para os profissionais da educação será de acordo com a legislação vigente.

**Art. 14.** O Município promoverá a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos do Estatuto e do Plano de Carreira do Magistério público.

**I** – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

**II** – aperfeiçoamento profissional continuado;

**III** – piso salarial profissional;

**IV** – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho; por qualificação.

**V** – período reservado para estudos, planejamentos e avaliação, incluindo na carga horária de trabalho;

**VI** – condições adequadas de trabalho.

**TÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 15.** O Sistema Municipal de Ensino obedecerá às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, expressa na Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 e as Diretrizes Curriculares emanadas do Conselho Nacional de Educação.

**Art. 16.** A Administração Municipal deverá prover os recursos físicos, materiais e os recursos humanos necessários ao corpo técnico e administrativo de apoio ao Conselho Municipal de Educação.

**Parágrafo Único:** Enquanto não contar com o próprio corpo técnico e administrativo de apoio necessário ao atendimento de seus serviços, o Conselho Municipal de Educação contará com a estrutura administrativa do município.

**Art. 17.** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cândido Godói, em 21 de Agosto de 2012.

Registra-se e Publica-se.

Valdi Luis Goldschmidt  
Prefeito Municipal

Fabiane Bárbara Schaff  
Secretária da Administração